

---

## A TRAGÉDIA DOS LIMITES DO MADEIRA

Hélcio PASSOS <sup>1</sup>

1. Especialista em marketing de varejo pela Dom Bosco e Cientista Social pela Unir.  
helciopassos@hotmail.com

**Recebido em:** 11/01/2018 **Aceito em:** 23/02/2018

**RESUMO:** Este texto resulta de reflexões em torno da cotidianidade das comunidades inseridas no processo compensação das perdas geradas pela construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, em Porto Velho. Para análise dos desdobramentos dos projetos de assentamento conduzidos pela Santo Antônio Energia, tomou-se como recorte temporal o período de 2011 a 2016, e como espaço de pesquisa três assentamentos, a Nova Vila de Teotônio, o Assentamento Santa Rita e o Assentamento Morrinhos, e comunidades pertencentes à área de influência direta do lago da UHE Santo Antônio, dentre as quais destacam-se o distrito de Jaci-Paraná e a comunidade de Joana d'Arc. Aqui são abordados, rápida e livremente, algumas das experiências vividas durante a execução do trabalho de campo, pesquisando alguns dos aspectos relacionados às ações diretas de compensação aplicadas nas comunidades alvo e observando as principais implicações na vida das pessoas inseridas nesse processo de remoção e assentamento, a partir da perspectiva teórica oferecida, particularmente, por Garrett Hardin (1968), com a noção da tragédia dos comuns, que se aproxima significativamente dos movimentos de reação e até mesmo de aceitação da nova condição de vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assentamento. Compensação. Ribeirinho. Usina hidrelétrica.

### INTRODUÇÃO

Quando obras como as do porte das usinas hidrelétricas do Rio Madeira acontecem acabam por mobilizar parte da sociedade, como quando um lago relativamente tranquilo é agitado por uma onda de eventos que agitam suas águas. Nessa hora a reflexão ganha espaço e força. Aqui será desenvolvida uma análise sobre o tecido social que tem recebido como uma forma serigrafia, estampando nele historicamente o conceito de democracia.

Pense um pouco sobre qual a relação pode haver entre o aumento da demanda de energia dos grandes centros urbanos, o valor da conta num restaurante de uma reunião com amigos e as atividades produtivas de pequenos grupos familiares? Contextos aparentemente sem qualquer conexão racional. Contudo, nas três situações, a impossibilidade de mensurar, ou ainda controlar os excessos dos atores em cena permite que, individualmente, cada um se veja em seu ato racional, independente de ser abusivo ou esbanjador. Todavia, nos três casos, a coletividade acumula os prejuízos gerados pelos indivíduos. Ou seja, o ganho é individual e facilmente percebido, mas o prejuízo é socializado e quase sempre ignorado.

Esses rápidos exemplos são parte de um fenômeno conhecido como “a tragédia dos comuns”, uma tradução direta da expressão em inglês, the tragedy of the commons. Este é título do artigo de Garret Hardin (1968), que se apropriou do sentido clássico da expressão

---

grega tragédia, a partir da qual, pode-se chegar à noção que se tem de destino, ou seja, uma vez iniciado o movimento, será impossível alterar o curso dos acontecimentos. Como no caso das tragédias gregas, onde mesmo depois de se ter conhecimento antecipado de um futuro terrível, nada é capaz de evitá-lo.

No caso dos impactos da construção UHE Santo Antônio, pode-se vislumbrar a confrontação de interesses públicos e privados, entre todos os atores, que buscam inserir suas próprias demandas na pauta do empreendimento, interferindo na forma como a coisa pública é gestada e gerida, buscando exercer o controle sobre as decisões que lhes dizem respeito. O desejo de compreender melhor esse jogo de poder nos conduziu a um exercício de análise prático-teórica, com o anseio delinear as faces dessas articulações políticas um pouco mais de perto, percebendo os limites, a borderline da esfera social.

## **MÉTODOS**

A opção de fazer a transcrição de um longo trabalho de pesquisa em forma de ensaio resultou da aplicação do Método Documentário, de Karl Mannheim (1952), da forma como foi “recuperado” pela socióloga Wivian Weller (2005), buscando a “indicialidade dos espaços sociais” e “compreensão das visões de mundo” de pessoas pertencentes às comunidades estudadas.

Com base nos aportes teóricos oferecidos pelos cientistas sociais e políticos, particularmente Garrett Hardin (1968), Pierre Bourdieu (1989) e Marshall Berman (1986), foram analisados alguns aspectos das relações estabelecidas entre os principais atores sociais que participam desse cenário de complexa transformação, procurando perceber os contornos do protagonismo de cada um desse “grupo” de atores envolvidos nesse longo processo de mudança: o governo, em todas as instâncias, a Santo Antônio Energia (SAE), que representa o interesse privado, e a população dos indenizados e dos assentados, em grande parte reunidos em diversas associações.

## **A TRAGÉDIA DOS LIMITES**

Quando se trata da questão dos limites entre o uso de recursos materiais e suas consequências para manter a qualidade de vida da população, tal qual hoje se deseja, Hardin

(1968) defende que não existem mais soluções técnicas. Para que se pudesse evitar uma ou mais tragédias ambientais seria necessário minimizar o consumo de recursos, voltando a sua utilização para a sobrevivência da vida e da natureza. Desta maneira é que ele afirma que as soluções não são mais técnicas e sim o que ele denomina de “soluções não-técnicas” ou um tipo de gerenciamento de recursos de problemas, apontando que a relação destes custos e dos benefícios serão desiguais. Defende que os “recursos naturais” são bens comuns e que estão sujeitos a soluções não-técnicas.

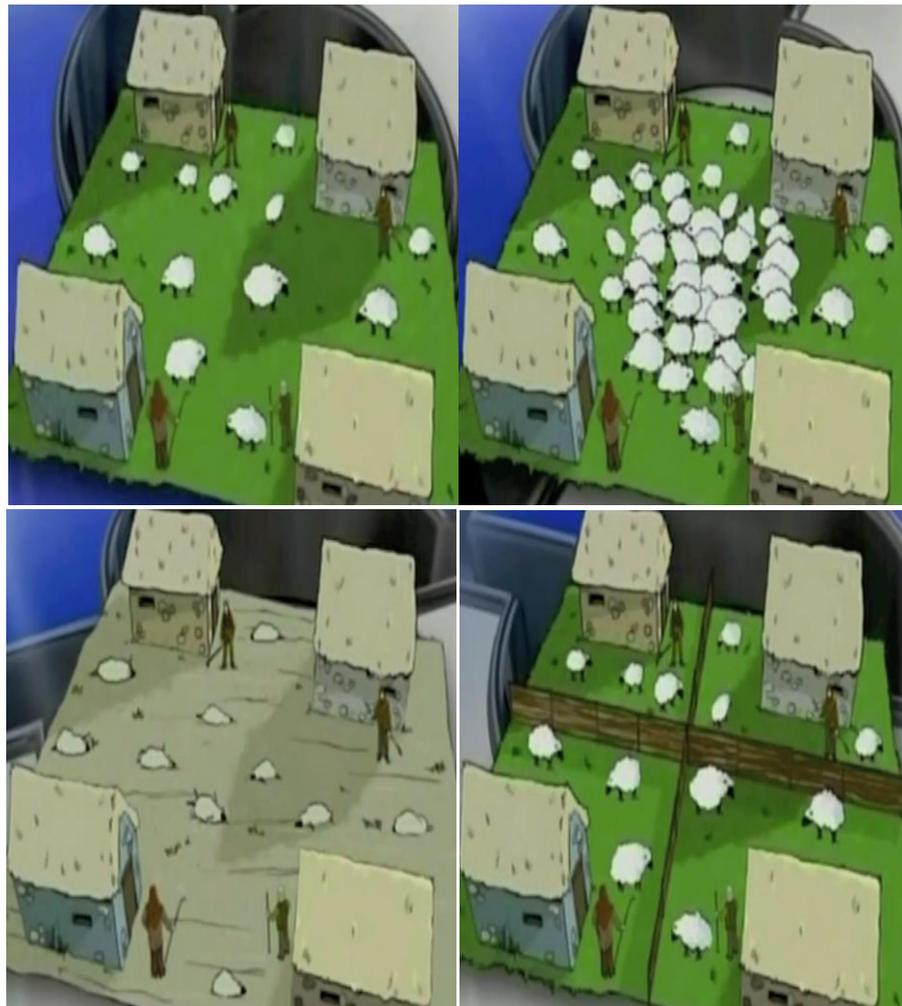
Pode-se usar essa mesma linha de raciocínio para descrever a situação da construção da Usina Santo Antônio, em cujo projeto existem diversas políticas compensatórias para a cidade de Porto Velho, apesar da pouca fiscalização e até mesmo de uma precária prestação de contas em sua execução. Também pode-se usar este pensamento mais especificamente na construção dos assentamentos, que possuem contornos semelhantes aos *commons*. Neles os cidadãos mais diretamente atingidos, ou seja, os removidos das margens do Rio Madeira são alvo das ações de compensação. A estes não se fala em reparação, mas sim compensação, talvez pelo reconhecimento da impossibilidade de se reparar, ou mesmo restaurar a condição anterior de cada um. Pode-se dizer que o caminho inevitável da remoção tem características da tragédia grega, no sentido mais intrínseco da expressão, especialmente quanto à impossibilidade de se interromper a sequência de transformações nas quais foram inseridos.

Dentre o grupo de situações mais expressivas que Hardin (1968) identificou estão os problemas ambientais vividos em obras de intervenção, situação análoga a aqui retratada. Nesse caso, não é exatamente o Rio Madeira o elemento natural que é exposto ao uso comum que gostaríamos de nos ater, mas os assentamentos e a própria relação dos removidos com a Santo Antônio Energia (SAE), apresentando-se como o “espaço de competição”, na corrida individual pelos benefícios, o que leva a coletividade a um final trágico.

A clássica imagem utilizada por Hardin (1968), a de um pasto público, onde cada proprietário dos animais que ali se alimentam possui o interesse comum de preservá-lo, no entanto, como a entrada é livre, individualmente, e não há como impedir que outros busquem o mesmo benefício, com a competição, cada animal a mais que é colocado no mesmo pasto gera um prejuízo que é dividido por todos. Indiscriminadamente, todos os beneficiários, buscando aumentar sua lucratividade, são levados a aumentar o número de seus animais, permitindo que pastem sem limite, até que o pasto acabe, levando todos ao mesmo trágico

fim. A solução que parece ser a mais provável, ou mesmo a mais lógica, seria a divisão, ou seja, a individuação, ou mesmo a particularização dos espaços.

**Figura 1** – Ilustração de “A Tragédia dos Comuns”.



Fonte: STOSSEL, John. *The Tragedy of the Commons* (2014). Adaptado pelo autor.

Nesse “neomalthusianismo” de Hardin, onde a divisão do espaço se apresenta como o caminho “natural” para evitar a tragédia, as cercas representam medidas severas de controle e privatização. Estas são as expressões mais presentes na busca de soluções para a tragédia dos comuns, seja limitando o acesso a uma comunidade pequena de usuários, que se autogoverne, seja privatizando os recursos. Ambos os casos, a responsabilidade de conservação é outorgada aos proprietários, cujo interesse expresso é a maximização do valor de seus bens, restando ao governo a responsabilidade de estabelecer critérios de uso, por meio de agências regulatórias.

Na prática, as ações regulatórias seguem o caminho da burocratização, afastando seus agentes do cotidiano dos atores, criando excessivas regras, quando não influenciadas por grupos que elas mesmas supervisionam. Pode-se estabelecer aí um dos pontos de similaridade entre a noção da “tragédia dos comuns” de Hardin e alguns dos muitos dos dilemas sociais vividos nas comunidades construídas pela SAE.

Outra aproximação dessas perspectivas está no fato de que em todas elas o fortalecimento da cooperação poderia trazer melhores resultados para todos, no entanto, a busca de soluções por meio do cooperativismo não é equitativa entre seus membros, a cooperação não é equivalente e as diferenças constroem verdadeiras armadilhas, especialmente quando algumas pessoas se beneficiam de um recurso construído coletivamente sem ter contribuído para isso.

O dilema do voluntariado, onde alguém se sacrifica em favor do grupo, pois, se ninguém o fizer, todos saem perdendo, se revela no cotidiano dessas pessoas que, diante da realidade complexa e o nível de expectativa do coletivo, esperam que os que têm um pouco mais de desenvoltura com as palavras assumam o sacrifício. Assim, os poucos voluntários são de certa forma empurrados pelo grupo, testando seus limites, conduzindo-os aos confrontos, internos e externos.

Essa relação entre o individual e o coletivo é cheia de nuances e trágica. A história de vida dessa gente tem muito pouco em comum. Gostos, preferências, opções políticas, aptidões e expectativas os tornam muito diferentes, colocando-os num dilema entre compartilhar as aspirações coletivas ou seguir suas próprias preferências sozinhos. Acrescenta-se a este dilema uma política diferenciada de compensação e facilmente os indivíduos passam a buscar sua própria recompensa, mesmo que seja menor que o benefício que poderia ser alcançado pela coletividade.

Esse exercício de sobreposição de imagens entre a rotina das comunidades e as noções teóricas construídas em a tragédia dos comuns pode ser apoiado em perspectivas teóricas consagradas, como a do filósofo Aristóteles:

Que todas as pessoas chamem sua a mesma coisa no sentido em que o fazem, pode ser algo excelente, mas é impraticável; ou se as palavras são assumidas noutra sentido, tal unidade de forma alguma conduz à harmonia. E há outra objeção à esta proposta. Aquilo que é comum para muitos recebe o mínimo de cuidados. Todos pensam principalmente em si mesmos, dificilmente no interesse comum; e somente quando ele preocupa-se enquanto indivíduo. Além de outras considerações, todos estão mais inclinados a negligenciar o dever que espera que outro cumpra (ARISTÓTELES, Livro II, Capítulo III, 1261b).

As muitas ações de intervenção no cotidiano das pessoas removidas de suas propriedades geram transformações incomuns, inserindo cada uma delas num processo de assentamento que provoca rupturas das noções socialmente construídas de tempo e de espaço, gerando possíveis desencaixes e reflexividades, ou seja, momentos de ruptura e de reações (GIDDENS, 2002, p. 221).

Tudo aquilo que parece ser concreto em uma sociedade “simples”, como a imagem de pessoas morando às margens de um rio, suas relações de trabalho, as afinidades amorosas, a religiosidade, as diferentes formas de representatividade política, entre outras formas de expressão que apresentam aparente constância, estabilidade e solidez, cedem lugar ao transitório (BAUMAN, 2001).

Nem sempre de forma tão fluida, as transformações ocorridas na relação vital dos grupos das regiões ribeirinhas com o rio aproximam as qualidades da água para o dia a dia, aparentemente, moldando sua maneira de trabalhar e produzir alimentos, suas formas de encontrar lazer e, especialmente, sua própria noção de mundo, num movimento que acaba por configurar um jeito de ser, um modo de vida. E, como na tragédia dos comuns, a vida cotidiana a beira do rio não acirrava e nem delineava de forma tão clara as diferenças que compõem estas famílias que, ao serem removidas e reassentadas, passam, utilizando a metáfora de Hardin (1968), a tensionar forças de um lado, para impor cada vez mais ovelhas em seu espaço comum, e de outro se voltam aos gestores do empreendimento ou àqueles que entendem serem seus interlocutores.

Talvez seja a forma idílica com a qual são reiteradamente descritas estas comunidades que vivem mais distantes do modelo predominante da sociedade de consumo exacerbado que nos faz herdeiros de uma leitura mais romântica, ou diferenciada dos seus pontos de tensionamento de forças. Mas, com as intervenções em andamento tornou-se possível perceber as características latentes das ações de privatização e controle. Contudo, a efetividade desse tipo de análise depende da possibilidade de observação de movimentos sociais de um determinado grupo de pessoas, refletidos em seus posicionamentos políticos e nos hábitos mais simples e cotidianos (BOURDIEU, 1989).

Coletivamente, alguns rituais políticos podem ser percebidos, cujas representações simbólicas revelam um processo de agregação de indivíduos em entidades representativas, como no caso das associações, as quais têm presença marcante em assentamentos.

Observando a forma como as pessoas se comportam em assembleias, como os membros de uma associação, experimentando um processo de identificação com o grupo, tem-se uma leitura do contexto no qual as perspectivas que amparam as associações podem ser autenticadas e revigoradas (LEACH, 1996).

Os hábitos em comum fazem efervescer no grupo um sentimento de unidade. A energia gerada, as emoções, positivas ou não, concede ao cotidiano a capacidade de difusão do sentimento de solidariedade, de dependência recíproca, independente de haver consenso ou divergência entre os participantes (DÜRKHEIM, 1989).

A despeito da capacidade individual de análise ou de percepção de mundo de cada membro, a vida em sociedade produz distintas visões da realidade. No caso específico dos assentamentos, observa-se que a imagem que esses processos de acomodação à nova condição produzem se sobrepõem à dos “rituais de rebelião” descritos por Max Gluckman (1974), quando as imagens de revoltas parecem reforçar a realidade contra a qual aparentemente se rebelam. Há uma relação intrínseca entre as políticas de intervenção expressas no processo de assentamento e a construção e reconstrução da produção simbólica; aliás, como ressalta Bourdieu (1989), sem símbolos não há política. As disputas internas e externas parecem estar centradas no consórcio responsável pela construção da UHE Santo Antônio e alimentam a disputa simbólica, na qual as manifestações dos agentes desse processo desempenham um papel fundamental, tornando visíveis as etapas de materialização daquilo que, de outra forma, não poderia ser visto: a produção da legitimidade e a difusão do sentimento de pertença, de solidariedade.

Mas este sentimento de pertencimento na realidade parece se basear naquilo que já denominamos de tragédia dos comuns, pois todos os atores destas associações têm em comum algo que os agrupa que é a perda de seus espaços existenciais, seus espaços de pertencimento. Agora o momento é outro, a briga é pelo número de “ovelhas” que cada um poderá colocar no “espaço comum”. Esta afirmação é corroborada pelos próprios moradores reassentados pela SAE que se queixam, reiteradamente, pela falta de unidade, de coesão política e de capacidade de mobilização das associações das quais participam.

Tanto na comunidade de Nova Vila Teotônio quanto em Morrinhos, por exemplo, há uma associação de moradores, mas ambas enfrentam ferrenhas disputas internas que enfraquecem o exercício de interação entre seus membros. No caso do assentamento Santa Rita as disputas são ainda mais acirradas, as quais parecem ter como divisor de águas a

influência do Movimento de Atingidos por Barragem (MAB). Logo de início formaram-se duas associações, tendo uma delas vínculo declarado ao MAB e outra avessa a esse movimento. Atualmente, formou-se mais uma associação, reunindo os descontentes de ambas.

Esses posicionamentos permitem a compreensão de parte da realidade política desses grupos sociais, mas para saber mais das transformações intrínsecas nas perspectivas das pessoas e dos motivos e efeitos de decisões políticas por elas tomadas, se faz necessário observar mais de perto cada movimento, trabalhando com os limites do distanciamento científico imposto ao pesquisador, sem recluir tanto as intervenções que seriam capazes de amenizar possíveis incoerências, afinal, nas palavras de Pierre Bourdieu (2006, p. 92):

A sociologia talvez não merecesse uma hora de esforço se tivesse por finalidade apenas descobrir os cordões que movem os indivíduos que ela observa, se esquecesse que lida com os homens, mesmo quando estes, à maneira das marionetes, jogam um jogo cujas regras ignoram, em suma, se ela não se desse à tarefa de restituir a esses homens o sentido de suas ações.

Em muitas conversas com líderes das comunidades, os formalmente instituídos do poder de representação, as fragmentações dos grupos de moradores com tanta coisa em comum estiveram sempre em pauta. Quase todos apontavam a própria SAE como responsável pelas divisões, como uma espécie de projeto de fragmentação do poder, por temer a força e a violência da coletividade.

Outra questão importante está relacionada ao esvaziamento institucional das entidades representativas, fruto da generalização da descrença na capacidade de revolucionar e transformar a realidade, razão talvez do distanciamento de alguns moradores de instituições de amplitude nacional, como o MAB. Isso também ocorre em pequenos grupos, como no caso das associações locais de moradores. Lutas dessa natureza, de origem partidária, da forma como têm sido praticadas, talvez sejam reflexos da aridez política da atualidade (SUZIGAN; FURTADO, 2007). Por fim, o que se percebe é que toda luta acaba sendo assimilada de algum modo pelas redes do poder.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por mais cético que um pesquisador possa se apresentar diante do cenário à sua frente, não há como deixar de voltar o olhar para as ações de resistência, resultantes de uma lógica

que surge da prática, estratégias imanentes de um roteiro “simples”, voltado para a defesa da vida, que busca promover e sustentar a própria maneira pela qual essa gente “simples” age autonomamente, em lapsos de liberdade, com suas lutas pessoais, seus processos de autoanálise, a partir dos quais buscam vivenciar cada situação, sem buscar estabelecer uma razão para isso. Para essas pessoas, pouco interessa os “porquês da vida”, são devotos do “para que?”. Nessa dimensão é que constituem seus projetos de vida, assumem o papel de sujeitos de sua história, ou mesmo, resistem às práticas que se lhes são impostas (BERMAN, 1986).

A questão central aqui para retomarmos a tragédia dos comuns, de Hardin (1968), não é mais uma questão de que todos podem perder, pois a maioria já perdeu, na perspectiva de sua forma de existência, tanto simbólica quanto concreta, já que seus modos de vida foram externamente modificados. A briga também não é mais por uma ou duas ovelhas ou por pastos, pois estes já foram demarcados. A grande mudança observada é que estas pessoas saíram de uma forma de vida comunitária para um modelo que se pode quase afirmar de um cooperativismo induzido, mas não no que ele poderia ter de mais positivo, pois os assentamentos passaram a ter a configuração “micro” de um sistema que conhecemos bem de forma “macro”, ou seja, o engendramento pelos próprios responsáveis pelo empreendimento da construção desta Usina de tudo que ela implicou e implicará na vida destas comunidades.

Em projetos de intervenção dessa natureza, nos quais pessoas são removidas, reassentadas, monitoradas e direcionadas, diferentes formas de dominação, econômica, social e institucional se fazem visíveis. O enigma a ser decifrado é o de perceber aonde vai se formar uma “semente” de resistência, pois é certo de que nas formas de dominação objetiva, a natureza difusa da coerção social se impõe sobre todos.

Olhar para os indenizados como aqueles de natureza semelhante ao do “novo homem moderno”, “desnudo” (BERMAN, 1986), talvez mostre uma visão tão vaga e tão misteriosa quanto a do “velho homem”, o homem vestido de “ribeirinho”. Esta talvez seja ainda uma visão mais vaga que aquela, pois não há ilusão maior quanto a de uma identidade imposta, que é tida por verdadeira, sobreposta como máscara. Assim, juntamente com a comunidade, “a própria individualidade pode estar desmanchando no ar moderno” (BERMAN, 1986, p. 108).

Independentemente se por interesse coletivo ou individual, a manifestação de vontade designa muito mais que uma simples fase da história, aponta para atitudes racionais, éticas e

políticas, um caminho de libertação, de passagem para a autonomia, ou mesmo para uma vida crescentemente desvinculada de líderes condutores, de protetores e comandantes que controlariam suas consciências, tudo o que lhe é próprio, particular, portanto, sua própria subjetividade. Nas muitas ações de resistência produzidas por esses pequenos grupos reassentados, pode-se perceber movimentos em busca da governabilidade, da autogestão e participação, da autonomia de pensamento e ação. Onde essa espécie de autogoverno for notada deve haver indícios de indivíduos “livres” e “autônomos”. Ainda que essa forma singular de autonomia não alcance notoriedade, não interfira em nada relativos à esfera pública mais abrangente, ela está presente.

Passo a passo, nas reuniões das associações, nos protestos coletivos e individuais, na formalização de suas queixas, as pessoas vão reinventando constantemente suas formas de sociabilidade, desenvolvendo novos estilos de existência, advindos da própria realização da autonomia, na qual devem conviver razão pública e razão privada, sem a qual, aliás, a realização de um espaço público livre e democrático continuaria a ser uma mera impostura:

A sensação de estar aprisionado numa vertigem em que todos os fatos e valores sofrem sucessivamente um processo de emaranhamento, explosão, decomposição, recombinação; uma fundamental incerteza sobre o que é básico, o que é válido, até mesmo o que é real; a combustão das esperanças mais radicais, em meio à sua radical negação (BERMAN, 1986, p. 117).

A observação desse processo de emaranhamento de que fala Marshall Berman permite compreender os movimentos de controle deflagrados pelo poder do capital e as reações em busca de liberdade, apontando caminhos para a explicação da razão pela qual os atingidos pela construção da UHE Santo Antônio “não procuram o inimigo número um, mas o inimigo imediato”, justamente por não terem um objetivo futuro definitivo a alcançar, definem-se, claramente, como “lutas anárquicas” (FOUCAULT, 2009, p. 226).

Até que ponto essas pessoas são capazes de realizar seu ideal de liberdade, sua busca pela autonomia e o autogoverno? Nos cenários de seus embates políticos, de suas reflexões éticas, encontram-se os que vivem diferentes formas de ser, cada vez mais presentes nos movimentos políticos ativos de nossa geração.

Precisamos começar do ponto onde estamos:

psiquicamente nus, despidos de qualquer halo religioso, estético ou moral, e de véus sentimentais, devolvidos à nossa vontade e energia individuais, forçados a explorar aos demais e a nós mesmos para sobreviver; e mesmo assim, a despeito de tudo,

---

reunidos pelas mesmas forças que nos separam, vagamente cômicos de tudo o que poderemos realizar juntos, prontos a nos distendermos na direção de novas possibilidades humanas, a desenvolver identidades e fronteiras comuns que podem ajudar-nos a manter-nos juntos, enquanto o selvagem ar moderno explode em calor e frio através de todos nós (BERMAN, 1986, p. 125).

Apesar da precisão de Berman (1996) em descrever a fluidez dos valores e dos conceitos de coletividade expostos às “intempéries” da modernidade, ele ainda apontava como rota de fuga a construção de identidades e fronteiras comuns, ou seja, os limites parecem ser mesmo alimentados, inevitavelmente, pelo trágico.

---

### THE TRAGEDY OF THE LIMITS OF THE MADEIRA RIVER

**ABSTRACT:** This text results from reflections on the daily life of the communities involved in the compensation process of the losses generated by the construction of the Santo Antônio Hydroelectric Power Plant in Porto Velho. In order to analyze the developments of the settlement projects conducted by Santo Antônio Energia, the period from 2011 to 2016 was taken as a space for research, and as a research space, three settlements, Nova Vila de Teotônio, Santa Rita Settlement and Morrinhos Settlement, and communities belonging to the area of direct influence of the lake of HPP Santo Antônio, among which stand out the district of Jaci-Paraná and the community of Joan of Arc. Here, some of the experiences during the field work are quickly and freely analyzed, investigating some of the aspects related to the direct compensation actions applied in the target communities and observing the main implications in the life of the people inserted in this process of removal and settlement, from the theoretical perspective offered, particularly by Garrett Hardin (1968), with the notion of the tragedy of the commons, which approaches significantly the movements of reaction and even acceptance of the new condition of life.

**KEYWORDS:** Settlement. Compensation. Riverside. Hydroelectric plant.

---

### REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES (384 a.C. - 322 a.C.). *Política*. Livro II, Capítulo III, 1261b; traduzido do grego por Benjamin Jowett.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia Das Letras, 1986.

BOURDIEU, Pierre. O camponês e seu corpo. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n.26, jun.2006.

\_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

DÜRKHEIM, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. 2.ed. São Paulo: Paulus, 1989.

---

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.

\_\_\_\_\_. *As Palavras e as Coisas: Uma arqueologia das ciências humanas*. 8.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. Estética: literatura e pintura, música e cinema / Michel Foucault, organização e seleção de textos, Manoel Barros da Mota. 2.ed. *Coleção Ditos e Escritos*, v.3. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GLUCKMAN, Max. Rituais de Rebelião no Sudeste da África. *Cadernos de Antropologia*. Brasília: Universidade de Brasília, 1974.

HARDIN, Garret. Tragedy of Commons. *Science*, n.162, p.1243-48, 1968. Disponível em: <<http://www.sciencemag.org/content/162/3859/1243.full>>. Acesso em 02 mar. 2014.

LEACH, E. R. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: EdUSP, 1996.

SUZIGAN, Wilson; FURTADO, João. Instituições e Políticas Industriais: problemas de implementação – reflexões a partir da experiência do Brasil. In: *Desarrollo Productivo*. Santiago: CEPAL-GTZ, 2007.